

Ensino de Libras na graduação em Medicina: o que revelam os currículos de Campinas - SP?

Carolina Figoli Aguirre Zürcher¹, Natalia Estevam Melo¹, Mariana de Luca Cordeiro Rosa¹, Laura Santos Ferreira de Camargo¹, Hamilton Goes Cavalheiro Carneiro da Costa², Cássia Sígolo^{3*}

¹ Graduanda em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, São Paulo, Brasil.

² Mestrando em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil.

³ Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Rio Claro, Rio Claro, São Paulo, Brasil.

* Autora para correspondência: Cássia Sígolo. cassia.sigolo@unesp.br

Todos os autores declaram que não há conflito de interesses.

Artigo original: Medicina.

Resumo

A formação médica enfrenta desafios para garantir a integralidade do cuidado à comunidade surda, frequentemente vulnerabilizada por barreiras comunicacionais que comprometem a segurança e a autonomia do paciente. Este estudo teve como objetivo analisar a oferta do componente curricular Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de Medicina do município de Campinas - SP. Trata-se de uma pesquisa descritiva, documental e de delineamento transversal, realizada entre abril e maio de 2026, baseada na análise de documentos institucionais de domínio público, obtidos por meio dos sítios eletrônicos oficiais de quatro Instituições de Ensino Superior (IES). Foram analisados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e as matrizes curriculares, considerando-se a presença da disciplina, sua natureza (obrigatória ou optativa) e a carga horária. Entre as quatro IES analisadas, duas ofertam a disciplina Libras como componente optativo, em conformidade com a legislação vigente, enquanto apenas uma a incorpora como disciplina obrigatória, sinalizando o reconhecimento da diferença

linguística e cultural da pessoa surda no âmbito da formação médica. Destaca-se, ainda, que em uma das IES não foi localizada, no PPC ou no sítio eletrônico oficial, qualquer menção à disciplina de Libras, mesmo na modalidade optativa. A análise das ementas evidenciou predominância de conteúdos voltados à comunicação básica em Libras e a aspectos culturais da comunidade surda. Conclui-se que, embora parte das instituições atenda às diretrizes legais, a ausência ou a oferta predominantemente optativa limita o desenvolvimento de competências comunicativas essenciais ao atendimento qualificado da população surda. Os resultados apontam para a necessidade de inclusão obrigatória e ampliação da carga horária da disciplina de Libras nos cursos da área da saúde, contribuindo para a formação de profissionais alinhada aos princípios de equidade e humanização do Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: Libras. Educação Médica. Surdez. Acessibilidade em Saúde. Currículo.

Teaching Brazilian Sign Language (Libras) in Undergraduate Medical Education: What Do Curricula in Campinas, SP, Reveal?

Abstract

Medical education faces challenges in ensuring comprehensive care for the deaf community, which is often made vulnerable by communication barriers that compromise patient safety and autonomy. This study aimed to analyze the inclusion of the Brazilian Sign Language (Libras) curricular component in undergraduate medical programs in the municipality of Campinas, São Paulo, Brazil. This is a descriptive, documentary, cross-sectional study conducted between April and May 2026, based on the analysis of publicly available institutional documents obtained from the official websites of four higher education institutions. Course Pedagogical Projects and curricular matrices were analyzed, considering the presence of the discipline, its nature (mandatory or elective), and its workload. Among the four institutions analyzed, two offer Libras as an elective component, in accordance with current legislation, while only one includes it as a mandatory discipline, indicating recognition of the linguistic and cultural distinctiveness of deaf individuals within medical education. It is noteworthy that, in one institution, no mention of Libras was identified in the pedagogical documents or on official websites, even as an elective offering. The analysis of course syllabi revealed a predominance of content focused on basic communication in Libras and cultural aspects of the deaf community. It is concluded that, although some institutions comply with legal requirements, the absence or predominantly elective nature of the discipline limits the development of essential communicative competencies for the qualified care of the deaf population. The results point to the need for the mandatory inclusion and expansion of the workload of Libras courses in health-related programs, contributing to the training of professionals aligned with the principles of equity and humanization of the Brazilian Unified Health System (SUS).

Keywords: Libras. Medical Education. Deafness. Health Accessibility. Curriculum.

Introdução

A Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil desde a promulgação da Lei nº 10.436/2002¹. Posteriormente, o Decreto nº 5.626/2005² regulamentou sua inserção no ensino superior, tornando-a componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores (licenciaturas), Pedagogia e Fonoaudiologia. Para os demais cursos de educação superior e profissional, incluindo a graduação em Medicina, o referido dispositivo estabelece a oferta da disciplina como componente optativo, o que limita a consolidação de competências comunicativas e a compreensão das necessidades e especificidades da população surda na formação em saúde³. Em âmbito global, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁴ indicam que, em 2021, aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas apresentavam algum grau de perda auditiva, evidenciando a necessidade da formação de profissionais de saúde atentos às necessidades comunicativas das pessoas surdas.

Nessa direção, o acolhimento e a comunicação com a pessoa surda em sua língua de conforto constituem elemento fundamental para a efetivação de um cuidado integral e humanizado, em consonância com os princípios de universalidade e equidade do SUS. A Lei nº 8.080/1990⁵ estabelece a universalidade, a integralidade e a equidade como fundamentos da atenção à saúde, sendo a acessibilidade, inclusive linguística, condição indispensável para sua efetivação. Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência⁶ assegura o direito à acessibilidade em suas múltiplas dimensões, incluindo a comunicacional. Nesse contexto, a incipiência de profissionais capacitados para se comunicar em Libras compromete o acesso da população surda aos serviços de saúde e configura uma forma de exclusão institucional, frequentemente naturalizada, que tensiona a concretização desses princípios no cotidiano das práticas assistenciais.

Sob a perspectiva socioantropológica⁷, a surdez não deve ser compreendida exclusivamente como um déficit biológico, mas como uma diferença linguística e cultural. Nessa abordagem, a Libras ocupa o lugar de primeira língua (L1) para parte da população surda, enquanto a língua portuguesa assume, frequentemente, o papel de segunda língua (L2). Nesse sentido, a ausência de formação específica na área compromete não apenas o desenvolvimento de competências comunicativas, mas também a compreensão das especificidades culturais, linguísticas e identitárias das distintas comunidades surdas. Tal lacuna pode gerar insegurança, angústia e desconfiança durante o atendimento, além de impactar negativamente o processo diagnóstico, a adesão terapêutica e os desfechos em saúde. Superar esse cenário implica deslocar-se para uma abordagem que reconheça a acessibilidade linguística e a diversidade cultural como determinantes fundamentais do cuidado em saúde.

Apesar desse reconhecimento, a inserção da Libras nos cursos de Medicina ainda ocorre de forma heterogênea, com variações quanto à obrigatoriedade, carga horária, formas de oferta e articulação com a prática clínica⁸. Nesse contexto, o município de Campinas - SP, que concentra IES de relevância acadêmica e serviços de saúde de referência, configura-se como cenário estratégico para a análise dessa temática. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a inserção da Libras nos currículos dos cursos de Medicina do referido município, buscando compreender o grau de adesão às diretrizes normativas e identificar avanços e lacunas na formação de futuros médicos no que se refere à acessibilidade comunicacional e à atenção às especificidades das pessoas surdas.

Métodos

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, documental, de delineamento transversal, com o objetivo de analisar a oferta do componente curricular Libras nos cursos de Medicina do município de Campinas - SP. A opção pela abordagem documental⁹ justifica-se pela utilização de fontes primárias de domínio público, como documentos institucionais e diretrizes curriculares, ainda pouco explorados sob o recorte específico desta investigação.

A identificação das IES que ofertam o curso de Medicina no município foi realizada por meio de consulta ao sistema e-MEC¹⁰, base oficial do Ministério da Educação para regulação e supervisão da educação superior no Brasil. Foram incluídas instituições de natureza pública e privada. A coleta de dados ocorreu entre abril e maio de 2026, por meio da consulta aos sítios eletrônicos oficiais das IES, nos quais foram analisados os PPCs, as matrizes curriculares e as ementas disponíveis.

A análise documental teve como objetivo verificar a presença ou ausência da disciplina de Libras, bem como sua conformidade com o Decreto nº 5.626/2005², que estabelece sua oferta como componente optativo no curso de Medicina. Para a sistematização dos dados, foram definidas as seguintes variáveis de análise: modalidade de oferta (obrigatória, optativa ou atividade complementar/extensão), carga horária total, semestre de inserção no currículo e conteúdos programáticos descritos nas ementas.

Após a coleta, os dados foram organizados em planilha eletrônica e submetidos à análise descritiva de caráter comparativo. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas, permitindo a sistematização das informações relativas à presença da disciplina, sua natureza,

carga horária, período de inserção no currículo e conteúdos programáticos. Tal organização possibilitou analisar a configuração da oferta de Libras nos cursos investigados e discutir suas implicações para a formação médica no que se refere à acessibilidade comunicacional.

Resultados

Como resultados da pesquisa, foram identificadas quatro IES localizadas no município de Campinas - SP que ofertam o curso de Medicina. Após consulta aos sites eletrônicos oficiais e aos PPCs, verificou-se que a disciplina de Libras está presente em três das quatro instituições analisadas, enquanto em uma instituição não foi localizada menção à disciplina nos documentos institucionais consultados.

Entre as instituições que ofertam a disciplina, observou-se que uma a apresenta como componente obrigatório e duas como componente optativo, conforme disposto no Decreto nº 5.626/2005². Esses dados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Oferta da disciplina Libras nos cursos de Medicina em Campinas - SP

Curso de medicina	Libras como componente curricular	Regime de oferta
A	Sim	Obrigatória
B	Sim	Optativa
C	Sim	Optativa
D	Não localizado	Não identificado

Fonte: elaborado pelos autores (2026)

A carga horária da disciplina variou entre 20 e 40 horas, com média de 32,7 horas entre as instituições que a ofertam.

Quanto ao semestre de inserção no currículo, verificou-se que, na instituição em que a disciplina é obrigatória (A), ela é ofertada no segundo semestre do curso. Nas demais instituições (B e C), não foi identificado semestre específico de oferta, em função do caráter optativo da disciplina.

As ementas disponíveis indicaram conteúdos relacionados à comunicação básica em Libras, aspectos culturais da comunidade surda e acessibilidade em saúde.

Discussão

Os resultados deste estudo evidenciam que a inserção da disciplina de Libras nos cursos de Medicina no município de Campinas - SP ainda ocorre de forma heterogênea, especialmente no que se refere à sua oferta, carga horária e momento de inserção curricular. Embora sua presença esteja prevista como optativa em parte das matrizes curriculares analisadas, sua incorporação ainda não se configura como elemento estruturante da formação médica.

Esse cenário deve ser compreendido à luz do arcabouço normativo vigente, composto pela Lei nº 10.436/2002¹ e pelo Decreto nº 5.626/2005². Ainda que tais dispositivos representem um marco no reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação, observa-se que sua obrigatoriedade restringe-se a cursos específicos, enquanto nos demais cursos de educação superior, incluindo a Medicina, sua oferta permanece como componente optativo. Essa configuração contribui para a heterogeneidade de sua implementação e não estabelece parâmetros mínimos de carga horária, competências esperadas ou níveis de proficiência.

No âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Medicina¹¹, também observa-se a ausência de menção explícita à Libras como competência obrigatória, apesar da ênfase em formação humanista. Essa lacuna normativa contribui para que a acessibilidade comunicacional não seja incorporada de forma sistemática à formação médica.

Nesse contexto, a carga horária identificada neste estudo (20 a 40 horas, com média de 32,7 horas) evidencia uma inserção predominantemente introdutória da Libras na graduação em Medicina para os estudantes que a incluem em sua grade. Considerando sua natureza linguística de modalidade visuoespacial, com estrutura gramatical própria e complexidade lexical específica, esse tempo reduzido tende a limitar o desenvolvimento de competências comunicativas aplicáveis ao contexto clínico.

Cumprе mencionar que a oferta reduzida da disciplina pode não ser suficiente para consolidar habilidades comunicativas efetivas. A carga horária limitada, associada ao caráter optativo predominante, restringe o desenvolvimento de fluência linguística e de competências necessárias à interação clínica qualificada. Nessa direção, dificuldades de comunicação entre profissionais de saúde e pessoas surdas têm sido associadas a sentimentos de insegurança, desconfiança e afastamento dos serviços de saúde, com repercussões diretas na adesão ao tratamento e nos desfechos clínicos¹⁴. Assim, a ausência de formação linguística adequada não se configura apenas como limitação curricular, mas como fator que impacta diretamente a qualidade e a equidade do cuidado em saúde.

No Curso de Medicina da IES A, a disciplina Libras está prevista como obrigatória na matriz curricular do segundo período da formação básica, com carga horária semestral de 38 horas-aula. O componente oferece aos estudantes uma base teórica e prática inicial sobre os aspectos linguísticos, sociais e culturais da surdez e da comunicação com Surdos falantes de Libras. A literatura indica que a presença da disciplina contribui para a sensibilização dos estudantes quanto às demandas da população surda e para o reconhecimento das barreiras comunicacionais no cuidado em saúde¹². Estudos conduzidos em contextos de formação médica demonstram ainda impactos positivos na percepção dos estudantes sobre acessibilidade e inclusão, especialmente quando a disciplina é adequadamente estruturada e integrada ao currículo¹³. Esse aspecto é relevante ao se considerar que a comunicação constitui elemento central da prática médica, influenciando a anamnese, o vínculo terapêutico e a tomada de decisões clínicas. Ainda, a oferta da disciplina em etapa inicial do curso visa proporcionar aos futuros médicos uma compreensão crítica das barreiras comunicacionais presentes nos serviços de saúde e da importância de estratégias de comunicação inclusiva, em consonância com a efetivação dos direitos linguísticos da população surda².

Sob esse prisma, a surdez não deve ser reduzida a uma condição exclusivamente biomédica, mas compreendida como uma experiência linguística e cultural atravessada por múltiplas formas de pertencimento e identidade¹⁵. Essa compreensão exige que a formação médica reconheça a diversidade das comunidades surdas, evitando abordagens homogêneas que desconsiderem suas especificidades comunicacionais e culturais¹⁶.

Importa ressaltar que a complexidade da Libras enquanto sistema linguístico, bem como a necessidade de criação e expansão de sinais-termo na área da saúde, demanda processos formativos mais extensos e sistemáticos do que aqueles observados nas matrizes curriculares analisadas^{17,18}. A aprendizagem de uma língua visuoespacial não se consolida em experiências pontuais, especialmente quando aplicada a contextos técnicos e assistenciais. Isso posto, a compreensão da Libras como língua autônoma e não como adaptação do português é fundamental para o enfrentamento de concepções equivocadas que ainda persistem no processo formativo, o que pode comprometer sua apropriação adequada pelos estudantes.

Convém salientar que a presença da disciplina Libras na graduação contribui para a sensibilização dos futuros profissionais de saúde, porém sua carga horária reduzida pode limitar o desenvolvimento de competências comunicacionais mais robustas^{17,20}. Considerando ainda a existência de múltiplas identidades surdas, com diferentes formas de expressão linguística e pertencimento cultural, torna-se necessário que o currículo médico contemple essa diversidade

de forma mais consistente¹⁵.

Por fim, os achados deste estudo indicam que o *status* da Libras como disciplina optativa na maior parte dos cursos analisados contribui para a manutenção de lacunas formativas relacionadas à acessibilidade comunicacional¹⁹. Tal configuração curricular pode comprometer a consolidação dos princípios de universalidade e equidade do SUS, bem como a efetivação dos direitos linguísticos assegurados no ordenamento jurídico brasileiro, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência⁶

Conclusões

O levantamento evidenciou que a oferta da disciplina Libras nos cursos de Medicina em Campinas é desigual e, em alguns casos, inexistente, revelando uma lacuna crítica na formação médica quanto à acessibilidade comunicacional. Essa heterogeneidade reflete a interpretação facultativa do Decreto nº 5.626/2005 para os cursos de bacharelado, o que perpetua a (in)visibilidade das especificidades linguísticas da comunidade surda no ensino superior em saúde^{16,18}. A ausência de padronização curricular compromete a segurança do paciente e a qualidade da assistência, uma vez que a barreira comunicacional é um determinante social que amplia a vulnerabilidade em saúde¹⁷.

Nesse sentido, a presença de Libras como componente obrigatório deve ser estimulada em todas as instituições de ensino superior, atendendo não apenas às diretrizes legais da Lei Brasileira de Inclusão⁶, mas também à crescente demanda por um atendimento em saúde mais humanizado. É necessário superar a visão clínico-terapêutica da surdez para adotar uma perspectiva socioantropológica, que reconheça o paciente surdo como um cidadão de direitos e detentor de uma cultura própria⁷.

A ampliação da carga horária destinada à disciplina de Libras e o fortalecimento de práticas educacionais que articulem a abordagem teórica à vivência com a comunidade surda mostram-se fundamentais para a formação de profissionais da área da saúde. A monitoria, as ações desenvolvidas junto à comunidade surda e a inserção de terminologias específicas da saúde podem favorecer a aproximação dos estudantes com diferentes experiências e perspectivas das pessoas surdas. Essa formação também implica reconhecer e apoiar os movimentos surdos, compreendendo suas demandas a partir de suas próprias perspectivas e experiências, de modo a superar abordagens centradas exclusivamente na perspectiva ouvinte. Nesse sentido, a presença efetiva da Libras em todos os cursos da área da saúde constitui elemento essencial para a formação de profissionais preparados para estabelecer uma comunicação acessível e qualificada, reconhecer a singularidade das experiências surdas e

garantir o direito à informação, à participação e à autonomia dos surdos. Assim, a formação em Libras ultrapassa o aprendizado linguístico e se relaciona diretamente ao compromisso com uma atenção à saúde pautada na equidade, na inclusão e no reconhecimento de que as vidas surdas importam.

Referências

1. Brasil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet]. 2002 [citado 18 jan. 2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.
2. Brasil. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União [Internet]. 2005 [citado 18 jan. 2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.
3. Gilmore M, St John S, Lomas T, et al. Changing medical students’ attitudes to and knowledge of deafness: a mixed methods study. BMC Med Educ. 2019; 19:227.
4. World Health Organization. World report on hearing [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2021 [cited 18 Jan 2026]. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240020481>.
5. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1990 set 20 [citado 2026 mai 3]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm
6. Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. 2015 jul 7 [citado 2026 mai 3]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.
7. Skliar C. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. In: Silva S, Vizin M, organizadoras. Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas: Mercado das Letras; 2001. p. 85-110.
8. Silva PMVA, Sígolo C. The inclusion of Libras subject in medicine courses in the state of São Paulo. In: Congress of Otorhinolaryngology Foundation; 2023; São Paulo, Brazil. Proceedings. São Paulo: Fundação Otorrinolaringologia; 2023. p. 117.

9. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14^a ed. São Paulo: Hucitec; 2014.
10. Brasil. Ministério da Educação. e-MEC: sistema de regulação do ensino superior [Internet]. Brasília (DF): MEC; [citado 2026 mai 3]. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>
11. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Diário Oficial da União. 2014 jun 23; Seção 1:8.
12. Pereira AAC, Passarin NP, Nishida FS, Garcez VF. “Meu sonho é ser compreendido”: uma análise da interação médico-paciente surdo durante assistência à saúde. Rev Bras Educ Med. 2020; 44(4):e121.
13. Zürcher CFA, Melo NE, Rosa MLC, Camargo LSF, Sígolo C. A monitoria da disciplina LIBRAS na graduação em Medicina: um relato de experiência. Espaço para a Saúde. 2026; 27:e1132.
14. Sígolo C. Narrativas (auto) biográficas de pessoas Surdas sobre a pandemia da Covid-19: reflexões a partir dos olhares Surdos [tese]. Campinas (SP): Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas; 2024.
15. Silva PMVA, Sígolo C, Silva IR, Vilhalva S. Direitos e vulnerabilidade linguística da pessoa surda e a atuação do fonoaudiólogo bilíngue. In: Lopes L, et al., editores. Tratado Brasileiro de Fonoaudiologia. 3^a ed. Barueri: Manole; 2025. p. 426-430.
16. Oliveira ASR, et al. Ensino da Língua Brasileira de Sinais durante a graduação em Medicina: a percepção dos futuros médicos. Audiol Commun Res. 2022;7:e2634.
17. Mazzu-Nascimento T, et al. Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos. Audiol Commun Res. 2020; 25:e2361.
18. Chaveiro N, Porto CC, Barbosa MA. The relation between deaf patients and the doctor. Braz J Otorhinolaryngol. 2009; 75(1):147-150.
19. Ruiz-Arias N, Barría-Pilaquilén RM. Experiences of hospital health professionals in the care of deaf patients. Rev Salud Pública. 2023; 25(6):1-9.
20. Sígolo C, Souza RM. Quando a saúde não fala Libras: narrativas (auto)biográficas de pessoas Surdas sobre a Pandemia da Covid-19. Espaço para a Saúde. 2026; 27e1182:1-13. DOI: 10.22421/1517.